



# Resumo de Notícias

04/05/2016 - Instituto Telecom

## Manifesto 'Monopólio é Golpe!'

A FNDC e a Frente Brasil Popular convocam e organizam ato contra o golpismo midiático, que será realizado em vários estados nesta quinta (5/5).

Está mais do que evidente a participação dos meios de comunicação do Brasil na construção e defesa do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Com um sistema de mídia concentrado em poucos grupos econômicos, a cobertura da crise política e dos casos de corrupção tem sido seletiva e desequilibrada. De um lado, o foco quase exclusivo na desmoralização do PT e do governo; de outro, os casos de corrupção envolvendo os adversários políticos do governo são praticamente ignorados ou, quando muito, tratados com superficialidade.

O principal efeito disso pôde ser visto nas manifestações pró-impeachment, estimuladas de forma ostensiva pela imprensa ao longo do último ano. Além disso os protestos contrários ao impeachment, que é classificado pela imprensa internacional e por diversos analistas como um golpe contra a democracia, foram praticamente invisibilizados e deslegitimados pela mídia.

Frente a isso, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Frente Brasil Popular (FBP) promovem o Dia Nacional de Luta contra o Golpismo Midiático, neste 5 de maio, com atos e manifestações em todo o país. O principal objetivo dessas manifestações é denunciar como o monopólio privado nas comunicações, representado principalmente pelas Organizações Globo, fere a nossa democracia, a liberdade de expressão e o direito à comunicação.

### Monopólio é golpe porque:

#### 1- Não reflete nossa diversidade

No Brasil, apenas seis famílias controlam mais de 80% do setor de mídia. Isso faz com que diferen-

tes visões de sociedade não se reflitam na programação das emissoras, prevalecendo um discurso único, o que viola o direito à comunicação e a liberdade de expressão do conjunto da população brasileira. Não é à toa que países com democracias consolidadas, como EUA, França, Inglaterra e Alemanha possuem mecanismos de regulação para impedir a formação de monopólios na comunicação e garantir pluralidade de vozes na mídia. O domínio da esfera pública midiática por uma única empresa, como no caso da Rede Globo, é destrutivo para qualquer ambiente democrático.

#### 2- Desrespeita o interesse público

A mídia no Brasil é tratada como atividade privada com finalidade comercial, em que o interesse público fica em segundo lugar. Outro aspecto é a apropriação de emissoras de rádio e televisão por políticos com mandato eleitoral, uma prática que, além de ser inconstitucional, causa graves danos à nossa democracia, pois permite a perversa combinação entre poder político e controle da informação. Diferente de outros países, o sistema de emissoras públicas e comunitárias do Brasil sofre pela falta de investimentos, perseguição e sucateamento, inviabilizando a garantia de diversidade de conteúdo e de fontes de informação.

#### 3- Deforma a opinião pública

A televisão e o rádio ainda são os meios de comunicação mais acessíveis ao conjunto da população brasileira e, por serem controlados por um verdadeiro monopólio, acabam contribuindo para a formação de uma opinião pública enviesada e parcial, o que influencia de maneira significativa os rumos do país, com impactos para todos, como ocorre agora no processo de impeachment.

**Sem mídia democrática, não pode haver democracia!**



## Resumo de Notícias

04/05/2016 - Insituto Telecom

# Anatel diz que franquia de dados é permitida pela LGT

O vice-presidente da Anatel, Rodrigo Zerbone, disse nesta terça-feira, 3, que a agência vai criar, nos próximos dias, um grupo de trabalho, com a participação dos órgãos de defesa do consumidor e das teles, para estudar as implicações resultantes da adoção da franquia de dados nos planos de banda larga fixa. " Só depois dessa avaliação, que não tem prazo para acabar, o Conselho Diretor vai se manifestar sobre a questão", afirmou, durante audiência pública sobre limitação da internet fixa no Senado.

Zerbone adiantou que apenas retirar o item que trata da limitação de uso de dados no regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) não resolverá o problema, uma vez que a liberdade de negócio está prevista na Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Para isso, entende, é preciso que haja uma legislação restritiva por parte do governo ou do Congresso Nacional.

Sobre o regulamento do SCM, Zerbone salientou que durante sua elaboração, que passou por amplo debate público, não houve contribuições que pedissem a retirada da possibilidade da franquia, mas sim de salvaguardas para que os usuários pudessem acompanhar o consumo, ponto que foi reforçado no regulamento de defesa do consumidor. Ele disse que as duas regras são restritivas ao uso da franquia.

O vice-presidente da Anatel também destacou os esforços da agência em dar mais transparência a seus processos e do espaço que hoje é dado

aos órgãos de defesa dos consumidores, que têm a oportunidade de participar desde o início do processo de regulação. Zerbone representou na audiência o presidente da Anatel, João Rezende, duramente criticado pela maioria dos palestrantes.

### Marco Civil da Internet

O senador Walter Pinheiro (Sem partido-BA) reconhece que a LGT permite liberdade de modelos de negócios em serviços privados, mas também admite a obediência a leis específicas. " A LGT recebeu o Marco Civil da Internet, que diz que a banda larga é um serviço essencial e que só pode ser bloqueada por inadimplência", ressaltou.

Para o senador, o modelo de negócio é livre, mas compete ao Estado dizer como os serviços devem ser prestados. Além disso, sustenta que a questão da banda larga foi mal conduzida pelo governo desde o seu princípio, que não garantiu a infraestrutura para todos os municípios.

Pinheiro sugeriu três frentes de trabalho para os senadores, sendo o primeiro deles de derrubar a carga tributária que incide sobre os serviços de telecomunicações. Outra frente é ter um papel mais incisivo na questão dos fundos setoriais, que não são usados e a terceira, decidir que tipo de regime se quer para o serviço de banda larga, se público ou privado, lembrando que o público onera excessivamente o governo, que pode não estar preparado para suportar.



## Resumo de Notícias

04/05/2016 - Vermelho

# Eduardo Cunha é afastado do mandato e da Presidência da Câmara

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), afastou o deputado Eduardo Cunha do mandato e, conseqüentemente, da Presidência da Câmara dos Deputados por meio de liminar expedida nesta quarta-feira (4). O ministro atendeu a um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A decisão ocorre a menos de 12 horas da sessão do STF prevista para julgar o pedido de afastamento de Cunha do cargo de presidente da Câmara.

A liminar concedida por Teori Zavascki elenca 11 atos ilegais em que Eduardo Cunha teria feito uso do cargo de presidente da Câmara dos Deputados para "constranger, intimidar parlamentares, réus, colaboradores, advogados e agentes públicos, com o objetivo de embaraçar e retardar investigações". No pedido feito pela Procuradoria da República, Cunha chega a ser classificado como "delinquente".

Acusado dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e também por integrar o esquema de corrupção da Petrobras, caso em que recebeu como propina de contratos de navios-sonda US\$ 5 milhões, Eduardo Cunha foi transformado em réu no STF por unanimidade dos ministros da corte.

Eduardo Cunha é também alvo de outra denúncia, de mais três inquéritos na corte e de outros três pedidos de inquérito que ainda aguardam autorização do ministro Teori Zavascki para serem abertos. As investigações apuram o recebimento de propina da Petrobras e o uso do mandato para supostas práticas criminosas.

### Condutor do golpe

Mesmo na condição de réu da Lava Jato no STF e processado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha manobrou o quanto pôde para não ser cassado e comandar o processo que aprovou a autorização da Câmara dos Deputados para que o Senado instaurasse o procedimento de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O pedido foi aprovado no dia 17 de abril, numa sessão que enodou o parlamento brasileiro e provocou críticas e condenações no mundo inteiro. Cunha acolheu o pedido de impeachment feito por três advogados ligados à oposição de direita justamente por vingança, diante do fato do PT ter decidido votar a favor da abertura de processo de cassação dele no Conselho de Ética da Câmara.

02/05/2016 - Vermelho

# Superávit comercial deve ficar acima de US\$ 40 bilhões em 2016

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, disse nesta segunda (2) que a balança comercial brasileira deve encerrar 2016 com superávit de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões. As projeções foram atualizadas em relação aos US\$ 35 bilhões que o governo havia divulgado anteriormente. Atualmente, o maior superávit anual já registrado foi em 2006, de US\$ 46 bilhões.

"[Dependendo do número] seria o maior saldo da balança da história", destacou Monteiro. A balança comercial ficou superavitária em US\$ 4,861 bilhões em abril, o melhor resultado para o mês desde 1989. No primeiro quadrimestre, a balança acumula saldo positivo de US\$ 13,249 bilhões, também o melhor para o período desde 1989.

"No ano passado, até abril, tínhamos déficit de US\$ 5,1

bilhões e, mesmo assim, o Brasil terminou o ano com US\$ 20 bilhões de superávit. Estimar esse superávit [de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões para 2016] não é nada que possa ser considerado muito otimista", disse o ministro.

### Destaques

No mês, um dos destaques da balança comercial foi a soja em grão, que voltou a bater recorde de volume embarcado. Em abril, foram embarcadas 10,1 milhões de toneladas, maior valor já registrado em um único mês. O recorde anterior pertencia a junho de 2015. O secretário de Comércio Exterior, Daniel Godinho, ressaltou que a alta nas vendas foi paralela a uma queda de 9,5% nos preços do produto em relação a abril do passado. "Isso foi mais do que compensado pelo aumento das quantidades", disse.





## Resumo de Notícias

04/05/2016 - RBA

# Escassez de água pode reduzir crescimento econômico em 6%, diz Banco Mundial

**Redução da água doce disponível e a competição por parte de setores como a energia ou a agricultura poderão deixar as cidades em 2050 com até menos dois terços da água que tinham em 2015**

Algumas regiões do mundo poderão ver as suas taxas de crescimento cair até 6% do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas produzidas por um país - até 2050, caso nada seja feito para melhorar as políticas de gestão da água, alertou o Banco Mundial.

Num relatório intitulado High and Dry: Climate Change, Water and the Economy, o banco escreve que as alterações climáticas terão impacto, em primeiro lugar, no ciclo da água, com consequências na alimentação, energia, sistemas urbanos e ambientais.

O crescimento das populações, com maiores rendimentos e em cidades cada vez maiores, irá resultar num aumento exponencial das necessidades de água, mas a água disponível será mais errática e incerta, antecipa o relatório.

A redução da água doce disponível e a competição por parte de setores como a energia ou a agricultura poderão deixar as cidades em 2050 com até menos dois terços da água que tinham em 2015.

Segundo o Banco Mundial, se as políticas de gestão da água se mantiverem como estão e se os modelos climáticos se confirmarem, a escassez de água irá se estender a regiões onde atualmente não existe, como a África central e a Ásia oriental - e piorar gravemente onde já é uma realidade, como o Oriente Médio e o Sahel, na África.

### Crescimento ameaçado

Estas regiões, prevê o relatório agora divulgado, poderão ver as suas taxas de crescimento econômico caírem em até 6% do Produto Interno Bruto até 2050, devido aos efeitos da escassez de água na

agricultura, na saúde e nos rendimentos.

A boa notícia, revela o Banco Mundial, é que embora as más políticas possam exacerbar o impacto econômico negativo das alterações climáticas, as boas políticas podem ajudar a neutralizá-lo.

Algumas regiões poderão ver as suas taxas de crescimento aumentar até 6% com melhores práticas de gestão dos recursos aquáticos. Os autores do relatório recordam que os impactos da má gestão da água são particularmente sentidos pelos mais pobres, que têm maior probabilidade de depender da agricultura alimentada pela chuva e de viver em zonas mais suscetíveis a inundações, estando também mais vulneráveis ao risco de águas contaminadas e saneamento desadequado.

As mudanças na disponibilidade da água podem também induzir as migrações e incendiar conflitos civis, devido ao impacto que têm nos preços dos alimentos e no crescimento econômico, diz o estudo.

“É por isso que a gestão da água será crucial para o mundo alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as aspirações a uma redução da pobreza e a uma maior prosperidade partilhada”, ressalta o relatório,

“A água é a moeda comum que liga quase todos os ODS”, acrescenta o documento, numa referência aos objetivos definidos em 2015 pela comunidade internacional

Otimizar a utilização da água através de melhor planeamento e incentivos, expandir a quantidade e disponibilidade de água, sempre que possível e reduzir o impacto dos extremos, da variabilidade e incerteza são as propostas do Banco Mundial para melhor gerir a água no futuro.



# Resumo de Notícias

04/05/2016 - Altamiro Borges

## Pedalada contra o povo pode

Prossegue no Senado a farsa do impeachment sem crime de responsabilidade.

Agora, a tarefa dos golpistas na Câmara Alta é tentar desfazer a péssima impressão que a votação desavergonhada da Câmara Baixa provocou em todo o mundo. Tentarão convencer o planeta de que o golpe não é golpe, de que Cunha et caterva fazem parte das cortes celestiais e de que Temer é exemplo de lealdade e desinteressado republicanismo.



Para tanto, cumprirão rigorosamente o regimento e os ritos e tentarão se comportar como entes racionais. Não gritarão, não invocarão o nome de Deus em vão, não farão odes extemporâneas à família, aos cachorros e aos papagaios. Evitarão mencionar os exemplos edificantes de torturadores. Tentarão se distanciar daquilo que o escritor português Miguel Souza Tavares denominou apropriadamente de "assembleia geral de bandidos".

Será tarefa vã. A eleição do braço direito de Aécio Neves como Relator e alguns discursos proferidos na sessão inaugural da Comissão do Impeachment no Senado mostram que nada mudou. Diminuíram os decibéis, mas o vazio do crime constitucionalmente exigido para o afastamento do supremo mandatário permanece.

Alguns senadores já falam abertamente que julgarão Dilma "pelo conjunto da obra" e com base em "critérios políticos atinentes a sua representação". Desse modo, confessam publicamente que não há crime imputável à presidenta e que aderiram a um "parlamentarismo de bananas" que pretende afastar a presidenta por motivos meramente políticos, nos transformando numa república de bananas. Confessam que darão prosseguimento acrítico aos ditames da "assembleia de bandidos". Confessam que participam de um simulacro de processo

jurídico.

Mas o respeito escrupuloso aos ritos e o comportamento recatado não conseguirão esconder do planeta o profundo desrespeito à Constituição e à democracia, bem como o golpe desavergonhado. A obediência à forma não será capaz de ocultar a ausência de mérito da peça acusatória. O pálido verniz jurídico não

conseguirá disfarçar as cores berrantes do linchamento político.

Nada conseguirá ocultar do mundo de que o golpe é uma grande pedalada contra a democracia e o povo brasileiro.

Mas não é a única. Há outras.

Na realidade, há muitas outras. Com efeito, o que não falta no Brasil são pedaladas de toda ordem, principalmente nos Estados governados pelos acusadores de Dilma.

Por exemplo, em 2014 a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais e o TCE-MG encontraram irregularidades orçamentárias naquele Estado, então governado por Antonio Anastasia.

Segundo esses órgãos de controle, teria sido descumprido o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que "é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/05/pedalada-contra-o-povo-pode.html>